

Desenvolvimento de uma proposta computacional para o gerenciamento do Conselho de Classe

Hélio Toshio Kamakawa, Institutos Lactec, IFPR, helio.kamakawa@ifpr.edu.br

Luiz Fernando Braga Lopes, Institutos Lactec, prof_braga@fcv.edu.br

Angela Fontana Marques, IFPR, angela.marques@ifpr.edu.br

Resumo: O Conselho de Classe é fundamental para avaliar os processos de ensino e aprendizagem, porém, geralmente apresenta problemas de organização e é realizado de modo burocrático. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o desenvolvimento de um *software* para auxiliar nos procedimentos do Conselho de Classe. Para isto, foi utilizada a metodologia de desenvolvimento que compreende tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos. Entre os benefícios desenvolvidos estão: a identificação dos alunos por meio de fotos, ensalamento (posição dos alunos na sala), a definição das dificuldades de aprendizagens mais recorrentes e a apresentação do desempenho dos estudantes durante a reunião do Conselho de Classe de fácil entendimento que auxilie nas tomadas de decisões. A utilização do *software* permite que os procedimentos do Conselho de Classe sejam padronizados, observados e aperfeiçoados. As informações geradas podem ser utilizadas para incentivar as discussões com objetividade e assim, gerar decisões fundamentadas por meio de registros permanentes no sistema.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Educação. *Software*.

Development of software solution for Class Council management

Abstract: *The Class Council is fundamental to evaluate the teaching process and student's learning, however, usually presents organization's problems and is conducted in a very formal way. Thus, this work aims to present the development of a software to assist the Class Council procedures, that includes technical and pedagogical aspects. The benefits are: student's identification through photos, student's position in the classroom, presentation of most recurrent learning difficulties that aid the presentation of their performance and helps make a decision. The utilization of this software allow that procedures of Class Council be standardized, observed, and improved. The information can be used for objective discussion and make decisions through permanent system's records.*

Keywords: *Class Council. Education. Software.*

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Classe (CC) é uma estrutura colegiada com intuito de organizar toda a comunidade escolar de forma participativa em torno de concepções, objetivos e ações para a reflexão do ensino-aprendizagem (Nadal, 2012).

A Fundamentação Legal para a Elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica (FLEREB) do Paraná, documento que normatiza o funcionamento pedagógico e administrativo do regimento escolar, elaborado pela Superintendência da Educação e o Departamento de Legislação Escolar (DLE) (2017, p. 30) descreve que “a finalidade da reunião do CC, após analisar as informações e dados apresentados no Pré-Conselho de Classe (PCC), é a intervenção em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando aos estudantes formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares”.

Segundo Papi (2015), que realizou o levantamento sistematizado a respeito do CC de 2002 a 2011, apesar do tema ser importante na área da educação, não há muitas pesquisas relevantes. Das pesquisas existentes, algumas apontam problemas e contradições no CC e outras relatam ações que contribuem na realização dos objetivos do CC sem a utilização da Tecnologia da Informação (Nadal, 2012; Maganta e Santos, 2015; Miranda e Ribeiro, 2014; Silva, Barros e Latorre, 2014). Assim, o presente trabalho, além de atender uma demanda carente em pesquisas de um tema tão relevante na educação, pretende trilhar um novo caminho, apresentar uma proposta com a utilização da Tecnologia da Informação (TI) para auxiliar nos procedimentos do CC, o Sistema de Gestão para o CC (SIGCC).

Melo e Neves (2013), acreditam que o *software* educacional (SE) deve abranger a concepção pedagógica e a relação entre o usuário e o sistema computacional desenvolvido a partir da utilização de metodologias.

Desta forma, para o desenvolvimento do SIGCC, foi utilizada a metodologia para o processo de desenvolvimento educacional que compreende tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos, proposto por Benitti, Seara e Shlindwein (2005), no contexto do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Paranavaí.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: a seção dois fundamenta as concepções a respeito do CC; a seção três contextualiza o problema que motivou o desenvolvimento do SIGCC; a seção quatro detalha a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento; a seção cinco apresenta os resultados e as discussões e a seção seis as considerações finais.

2. CONSELHO DE CLASSE

O CC ocorre em três momentos: PCC, intervenção e o CC. Nadal (2012) afirma que o PCC antecede o CC para ter uma prévia das questões em relação ao ensino e aprendizagem, levantando elementos voltados a subsidiar a reflexão posterior, do conjunto de professores e gestores. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR está descrito que o PCC coleta as informações a respeito do desempenho dos estudantes que deve ser realizada a cada metade do período.

A FLEREB destaca que é da responsabilidade da equipe pedagógica por meio do PCC, coletar as informações e dados a serem analisados no CC (DLE, 2017).

Após o PCC ocorre a intervenção, que são os encaminhamentos visando à melhoria das ações de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes por meio das análises dos dados coletados no PCC (OLIVEIRA, 2015).

Por fim ocorre o CC, que ainda segundo Oliveira (2015), é um ambiente interdisciplinar, pois todos os professores da turma se reúnem para discutir os assuntos pertinentes aos estudantes do período com a finalidade de reorientar a prática educativa no sentido de indicar caminhos que busquem a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos.

Magnata e Santos (2015) acreditam que o CC não se trata de reforçar o fracasso escolar dos alunos e professor, mas subsidia a construção da aprendizagem com a tomada reflexiva de decisões com intuito de buscar entendimentos sobre o porquê, como fazer e o que se quer de uma avaliação comprometida com a formação humana.

2.1. CONSELHO DE CLASSE NO CONTEXTO DA PESQUISA

Os documentos que regem o CC e devem ser respeitados pelos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPR de Paranavaí são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996; o PDI de 2014 e a resolução nº 50 de 2017 do IFPR; e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016 do IFPR de Paranavaí.

No IFPR de Paranavaí, o período letivo, atualmente, está organizado em três trimestres – realizando assim, três reuniões do CC durante o ano.

Respeitando a LDB nº 9.394/96 (Ministério da Educação e Cultura, 1996, art. 24) e a resolução nº 50 do IFPR, as avaliações da aprendizagem da instituição têm a perspectiva formativa, ou seja, é contínua e cumulativa com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

De acordo com o PDI, o PCC é realizado a cada metade do período por meio de entrevistas que são agendadas pelo professor conforme as datas definidas pela seção pedagógica. A entrevista é realizada pela pedagoga com os professores que tem a intenção de coletar as informações e aspectos de aprendizagem individual dos alunos. Para a entrevista é utilizado a planilha eletrônica para registrar as observações do professor e um caderno que possui as fotos de identificação dos alunos.

Em consonância com o PPP, o CC é realizado com a participação efetiva de todos os membros – direção de ensino, pesquisa e extensão; coordenação de ensino; seção pedagógica e professores da turma – para discutir dentre outros, o combate a reprovação e a evasão escolar.

3. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Mattos (2005) acredita que no CC não há propriamente uma discussão dos casos de alunos, as apreciações subjetivas acerca do aluno assumem dimensões maiores e são decisivos na determinação do futuro dos alunos.

Em sua pesquisa, Torres (2006, p.51) expõe o relato de um professor: “As reuniões são mal organizadas e, na maioria das vezes, a discussão dos assuntos não leva a nada”. O autor afirma que as problemáticas são discutidas com vistas à busca de soluções mais ou menos imediatas e mais apoiadas no senso comum do que a partir de reflexões sistematizadas.

Na pesquisa realizada no Instituto Federal do Sertão, Silva, Barros e Latorre (2014) expõem que o processo educativo da instituição foi afetado porque antes do CC não tinha registros a respeito do desempenho dos alunos, de suas características e habilidades.

Nadal (2012, p. 214) relata a fala de um professor: “O CC é dispendioso, não há necessidade de você pôr tudo no papel antes e de falar tudo de novo na hora do CC, ou faz de uma forma ou faz de outra”.

3.1. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA NO CONTEXTO DA PESQUISA

No IFPR de Paranavaí, como já exposto, o PCC é previsto no calendário acadêmico realizado por meio de uma entrevista com uma das pedagogas. A seção pedagógica compartilha uma planilha eletrônica para que o professor agende a entrevista. Neste procedimento, tanto a pedagoga como o professor deve estar presente com a restrição do local (seção pedagógica), tempo (meio do período) e horário (agendamento). Alguns professores – geralmente os que ministram poucas aulas em

muitas turmas – sentem dificuldades de identificar os alunos com as suas respectivas dificuldades de aprendizagens e diagnosticar os problemas encontrados.

No CC, a discussão dos professores a respeito dos alunos é realizada por meio dos relatórios. A seção pedagógica gera o relatório de cada aluno da turma antes do início da reunião. Durante a reunião, o coordenador do curso realiza a busca – de forma manual – do relatório individual de cada aluno para iniciar a discussão.

Por vezes, a falta de informação – quantidade de falta ou conceito de uma avaliação – do aluno que está sendo discutido durante a reunião faz com que os membros da reunião do CC aguardem a busca da informação faltante.

Sem um sistema computacional apropriado, as dificuldades de aprendizagem coletadas no PCC não são expostas durante o CC, fazendo com que alguns professores relatem estas dificuldades de forma muito extensa, tornando a reunião cansativa.

4. METODOLOGIA

Para desenvolvimento do SIGCC foi utilizada a metodologia para o processo de desenvolvimento educacional que compreende tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos, proposto por Benitti, Seara e Shlindwein (2005) – esta metodologia será referenciada pela sigla PDE neste trabalho. O PDE é constituído de quatro etapas: (1) Concepção, (2) Elaboração, (3) Finalização e (4) Viabilização. Segundo os autores, a metodologia está fundamentada tanto em conceitos computacionais quanto educacionais, promovendo a integração entre ambas as áreas visando um produto de qualidade, referenciado em uma proposta pedagógica definida.

4.1. ETAPA DA CONCEPÇÃO

Esta etapa define as diretrizes do SE partindo do estabelecimento dos objetivos de aprendizagem do *software* e organizando-os em requisitos computacionais. A proposta foi elaborada para o IFPR de Paranavaí. O público-alvo para utilizar o SIGCC são: os coordenadores, os professores e a seção pedagógica.

Em relação aos procedimentos originais, foi necessário realizar uma adaptação, visto que o CC não tem como foco a aprendizagem do aluno, mas o da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Assim, o estabelecimento dos objetivos para o SE para o CC foi embasado pela FLEREB.

Subseção	Objetivos
IV, p.30;	Coletar em tempo hábil, as informações e os aspectos de ensino e aprendizagem.
IV, p.30;	Análise das informações coletadas no PCC que permita proporcionar a intervenção em tempo hábil.
IV, p.30;	É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no CC.
IV, p.31;	Espaço de reflexão pedagógica de forma coletiva para discutir alternativas com intuito de superar dificuldades de ensino-aprendizagem.
IV, p.31;	As ações e os encaminhamentos do processo pedagógico devem ser registrados em ata.
IV, p.31;	Retorno aos pais ou responsáveis e aos estudantes, além de encaminhamentos para situações mais específicas e individuais.
IV p.31;	Retoma as ações e registros, para fundamentar, avaliar e definir, dentre os estudantes com rendimento insuficiente.
IV p.32;	Discutir o processo de avaliação de cada turma, analisando os dados qualitativos e quantitativos do processo de ensino-aprendizagem;

Quadro 1 - Objetivos para o CC conforme FLEREB.

FONTE: O autor (2017).

Para a análise e a compreensão dos objetivos do CC, além do desenvolvedor, participaram do processo, uma pedagoga e uma professora. O desenvolvedor assumiu todas as tarefas da parte técnica do desenvolvimento (análise, *design*, programação, testes, implantação, treinamento, outros). A professora e a pedagoga conduziram a discussão, esclarecendo os procedimentos do CC e elencando as dificuldades enfrentadas.

A criação de um *software* educacional é um processo que envolve conhecimentos da área de desenvolvimento e da educação que precisa ser entendido. Conforme previsto no PDE, cada área de conhecimento tinha linguagens próprias e distintas, necessitando adequações, já que o processo de desenvolvimento envolve um espaço colaborativo. Assim, para o estabelecimento do diálogo, foi utilizado a *Unified Modeling Language* (UML), que segundo Bezerra (2015), é uma linguagem visual que auxilia na compreensão das funções e a estrutura definida no modelo do sistema.

Procedimento cíclico foi adotado na modelagem do sistema com intuito de aperfeiçoar os objetivos de acordo com a contextualização do problema por interações sucessivas, permitindo assim, escalonar a compreensão de como as funções poderiam atender as necessidades dos usuários no contexto de um CC. Assim, a cada interação, foi possível corrigir as informações mal compreendidas e detalhar os requisitos conforme o avanço do entendimento.

4.2. ETAPA DA ELABORAÇÃO

Esta etapa constitui na implementação, avaliação e validação do *software*, gerando um protótipo funcional de acordo com os requisitos definidos na primeira fase.

Um estudo de viabilidade foi realizado para definir as tecnologias mais indicadas para a implementação do sistema, adotando os seguintes critérios: o perfil dos responsáveis no desenvolvimento de sistemas computacionais do campus, linguagens de programação ensinadas nas disciplinas ofertadas no curso Técnico de Informática e do curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do campus (para os possíveis estagiários) e dos recursos existentes na instituição.

Neste contexto, foi definida a linguagem de programação Java na arquitetura Web que permite o acesso ao sistema com mobilidade (dispositivos móveis) e portabilidade (qualquer sistema operacional que possua um navegador) por meio de uma variedade de equipamentos (computador, *notebook*, *netbook*, celular, *tablet*).

Atualmente a proposta está sendo aplicada na 1^o série do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio que possui 41 alunos matriculados. Doze disciplinas compõem a grade curricular desta série, três técnicas e nove do núcleo comum.

Os testes do sistema foram realizados em duas fases. Na primeira foi verificado se os requisitos definidos foram implementados adequadamente, considerando a usabilidade e as questões pedagógicas - dois professores e duas pedagogas participaram neste processo. Na segunda fase, foi avaliada a performance e se o SE desenvolvido tem pouca probabilidade de ocorrer erros que impossibilitem a utilização do *software*.

4.3. FINALIZAÇÃO

Após a análise positiva da etapa da Elaboração iniciou-se a etapa da Finalização, que seria a integração com os pequenos ajustes e a elaboração do documento, essencial para qualquer *software* desenvolvido.

Vários diagramas da UML foram elaborados para compor o documento do sistema. A Figura 1 é uma visão de Casos de Uso, que segundo Bezerra (2015), descreve o sistema de um ponto de vista externo como um conjunto de interações entre o sistema e os agentes externos.

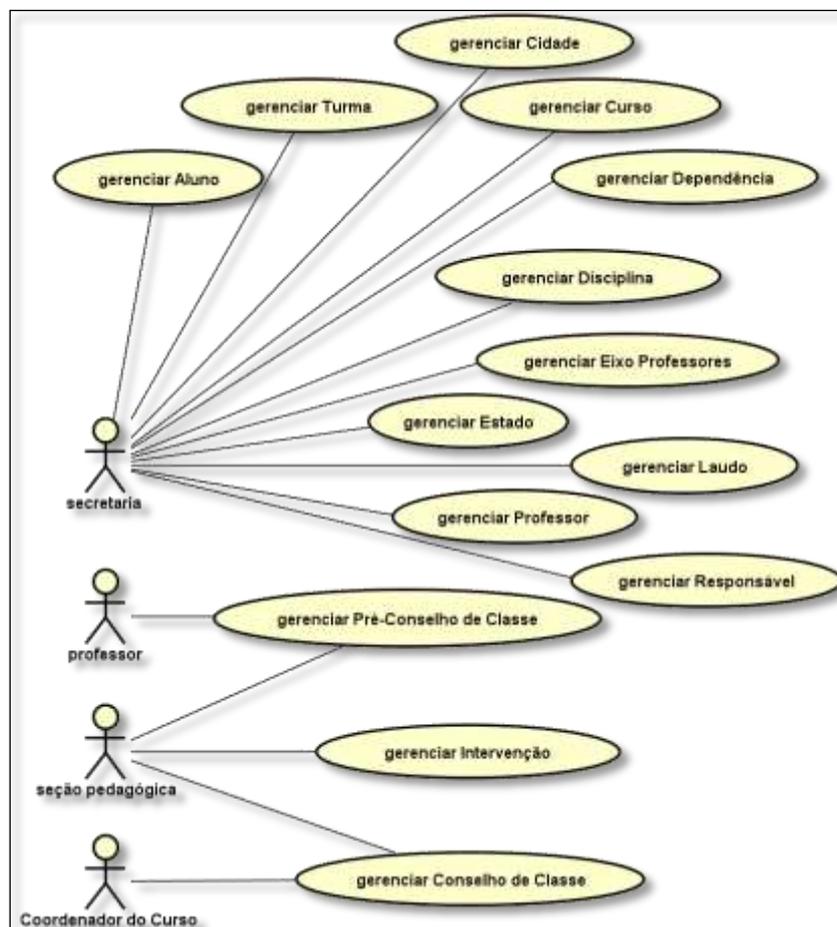


Figura 1 - Diagrama que apresenta um conjunto de interações entre o sistema e os agentes externos.
FONTE: O autor (2017).

Conforme apresentada na Figura 1, os atores que compõem o *software* são: secretaria, professor, seção pedagógica e coordenador do curso. De forma geral, a secretaria tem a função de realizar os registros do sistema (alunos, professores, cursos, disciplinas, laudo médico) e suas associações (definir o professor de uma disciplina, inserir o aluno em uma turma, outros). O professor tem a função de realizar os registros das dificuldades de aprendizagem dos alunos no período do PCC. Já a seção pedagógica irá identificar os alunos que possuem muitas dificuldades de aprendizagem e assim, realizar as orientações.

A Figura 2 apresenta o diagrama de classe, que segundo Bezerra (2015), tem o objetivo de definir a estrutura das classes utilizadas pelo sistema, determinando as características e ações que cada classe tem, além de estabelecer como se relacionam e trocam informações entre si.

Conforme apresentado no Diagrama de Classe (Figura 2), a Secretaria, a Seção Pedagógica e os Professores possuem os mesmos atributos (nome, e-mail, senha, telefone, cpf, cep, sexo e o siape). A entidade Aspecto representa os aspectos de aprendizagem dos alunos. Esta entidade está associada à entidade Aspectos Aprendizagem que por meio da associação tem o papel de organizar os Aspectos em períodos (trimestres).

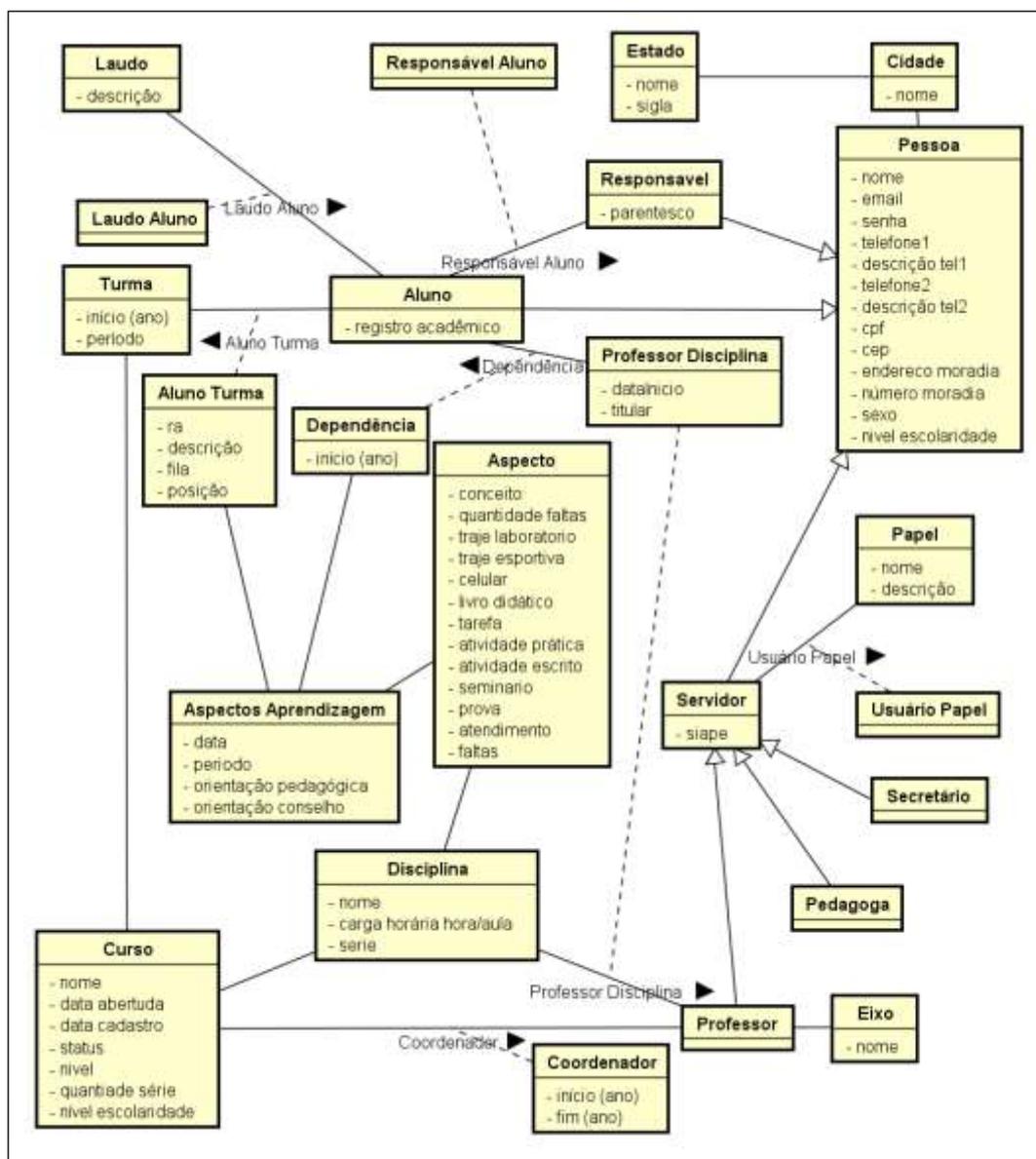


Figura 2 - Diagrama que apresenta a estrutura das classes (características e ações)
FONTE: O autor (2017).

Para a elaboração do documento foi utilizando vários artefatos padronizados pela UML, assim, além dos diagramas apresentados, o documento do SIGCC apresenta: o levantamento de dados, a especificação de requisitos e os diagramas de sequência.

4.4. VIABILIZAÇÃO

Por fim, foi realizada a etapa da Viabilização, destinada a formação docente a respeito da proposta desenvolvida, o acompanhamento inicial na realização das tarefas e da manutenção do software.

O treinamento foi realizado dentro do próprio ambiente de trabalho com intuito de aproximar os usuários (coordenador, professores e pedagogas) de suas tarefas diárias, ensinando habilidades técnicas na prática sem muitas explicações teóricas. Com apoio presencial do instrutor, os usuários foram incentivados a realizar as primeiras tarefas permitindo o *feedback* instantâneo e a troca de conhecimento.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

A arquitetura WEB permitiu o acesso do sistema por meio de vários dispositivos (computador, *notebook*, *netbook*, *tablet*, celular, outros) com mobilidade (quando utilizado pelo dispositivo móvel); e maior flexibilidade de espaço (pode ser realizada em qualquer lugar que tenha acesso a internet), tempo (pode ser realizada desde o início do período) e horário (realizar sem agendamento).

De acordo com as especificações definidas, apenas recursos centrais foram inseridos no sistema com objetivo de apresentar uma interface simplificada de fácil compreensão e assim, consequentemente tornando o processo mais fácil e ágil.

Para o PCC, com base nos registros realizados pela seção pedagógica da instituição nos últimos dois anos, foi elaborado um formulário com um conjunto de aspectos de aprendizagens mais recorrentes, definindo uma padronização de critérios de aprendizagens. A padronização permitiu que o sistema realize o tratamento de dados em larga escala e rapidamente, gerando as seguintes informações: se a dificuldade é de forma geral ou em uma única disciplina; se tem relação ao conteúdo técnico do curso – informática, mecatrônica ou alimentos; se está associado a ciência humanas, exatas ou biológicas; e/ou se a dificuldade tem associação com o ensalamento.

O desenvolvimento de um formulário com critérios padronizados serviu também, como um guia de orientação para que os professores identifiquem informações a respeito do desempenho dos alunos do período. A padronização de critérios permite a avaliação de um aluno na visão de diferentes professores mediante critérios comuns. Estes dados podem ser expostos durante o CC para auxiliar nos diagnósticos das dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem. Além dos critérios padronizados, o formulário apresenta meios para que o professor registre orientações ao aluno e suas considerações (fora dos critérios padronizados).

A identificação dos alunos foi facilitada por meio de fotos digitais e o mapeamento da posição do aluno em sala - permitindo a identificação da concentração de um problema (conversa, desinteresse, desempenho, etc.).

O sistema proposto permitirá os registros das informações acerca do desempenho dos alunos desde o início do período (trimestre), favorecendo um trabalho organizado e sistematizado – evitando esquecimentos.

A arquitetura web permite o acesso ao sistema por meio de um dispositivo móvel, possibilitando assim, o registro de uma ocorrência durante a aula com a utilização de todos os benefícios existentes no dispositivo (mobilidade, microfone para conversão da voz em texto, *wi-fi*, acesso ao sistema que apresenta a foto).

As pedagogas terão acesso a interface que permite a escolha da turma para realizar as intervenções. Conforme os registros acerca do desempenho dos alunos realizados pelos professores, o SIGCC irá destacar aqueles que possuem mais dificuldades. Ao selecionar o aluno, todas as informações coletadas serão organizadas em disciplinas e apresentadas.

No CC, para cada aluno, por meio dos dados coletados no PCC será gerado um painel de informações apresentando: (1) os aspectos de aprendizagem, (2) os resultados das avaliações de cada disciplina, (3) a quantidade de faltas, e (4) as intervenções realizadas pela seção pedagógica. O painel terá opções para permitir a navegação entre as fichas dos alunos ordenados conforme os resultados das avaliações das disciplinas – alunos com piores desempenhos serão apresentados primeiro.

Por fim, o sistema gera o relatório específico de cada aluno com os aspectos de aprendizagem, orientações do professor, intervenções da seção pedagógica e as deliberações do CC.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDE proposto por Benitti, Seara e Shlindwein (2005) foi utilizado neste trabalho com uma adaptação para atender o objetivo específico deste projeto (realizar a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem). A PDE contribuiu no que diz respeito à concepção e a definição de procedimentos para o desenvolvimento do SIGCC.

O processo de desenvolvimento de SE é um espaço coletivo e multidisciplinar, exige tanto conhecimentos técnicos como os da educação. Professores, pedagogas e um desenvolvedor participaram neste processo. Durante a identificação dos objetivos, a concepção, a abordagem, a compreensão e a linguagem dos participantes eram distintos conforme a área de conhecimento, necessitando adequações. Assim, para o estabelecimento do diálogo foi utilizado a UML, uma linguagem visual que auxiliou na comunicação e compreensão das funções por meio de diagramas.

A modelagem do sistema foi realizada para ajudar a compreender a proposta e definir um guia de desenvolvimento. Neste processo foi adotado interações sucessivas entre professores, pedagogas e o desenvolvedor. A cada interação, conforme o aprofundamento dos conhecimentos a respeito dos procedimentos do CC, foi possível realizar a correção das informações mal compreendidas e obter os detalhamentos dos requisitos necessários.

Para o desenvolvimento, a técnica da prototipação possibilitou a visualização (pelos professores e pedagogas) de como SE desenvolvido irá se comportar, proporcionando a validação das funções implementadas. Com os erros identificados a cada validação, um novo protótipo foi desenvolvido permitindo o aprimoramento do *software* de forma incremental. A prototipação aumentou a interação dos participantes e permitiu a correção e o refinamento das funcionalidades que foram desenvolvidas, evitando falhas após a implantação do sistema.

Algumas pesquisas descrevem ações que contribuem para a realização de um CC participativo que proporcione reflexões acerca dos processos de ensino e aprendizagem (Miranda e Ribeiro, 2014; Oliveira, 2015; Magnata e Santos, 2015). Porém, são procedimentos determinados, gerenciados e realizados por pessoas. Neste contexto, a falta de sistematização dificulta o entendimento dos processos que sofre mudanças a cada troca da equipe gestora.

O SIGCC não tem objetivo de substituir a coordenação realizada por pessoas, mas de fornecer recursos computacionais que auxilie nos procedimentos do CC – procedimentos podem ser padronizados, observados e aperfeiçoados. O *software* assume o papel burocrático de fiscalizar e cobrar tarefas dentro de um prazo. A definição de um Sistema de Informação computacional facilita a coleta de dados e o seu processamento para gerar informações que podem ser utilizadas nas decisões do CC. Desta forma, todas as decisões estarão fundamentadas por meio de registros permanentes no sistema.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITTI F. B. V.; SEARA E. F. R.; SCHLINDWEIN L. M. Processo de Desenvolvimento de Software Educacional: proposta e experimentação. **Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação**. Rio Grande do Sul, v. 3, nº1, 2005.

BEZERRA E. **Princípios de análise e projeto de sistemas com UML**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**, 2014-2015. Curitiba: IFPR, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017**. Dispõe sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Paraná: IFPR/CONSUP, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PARANAÍ. **Projeto Político Pedagógico, 2016-2019**. Paranaíba: IFPR, 2016.

MAGNATA R. C. V.; SANTOS A. L. F. Avaliação formativa da aprendizagem: a experiência do conselho de classe. **Revista Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v.26, n.63, 2015.

MATTOS C. L. G. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

MELO R. S.; NEVES B. G. B. Avaliação de software educacional: investigando o potencial de utilização do KDEDU nos anos iniciais do ensino fundamental. **Texto Livre**, Minas Gerais, v. 6, n. 2, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

MIRANDA N. A.; RIBEIRO I. Conselho de classe e avaliação da aprendizagem: instrumentos de gestão democrática na escola pública. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v.22, n.16, 2014.

NADAL B. G. Cultura escolar e conselho de classe: gestão democrática do trabalho pedagógico? **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.7, n.1, 2012.

OLIVEIRA B. C. Atuação da coordenação pedagógica no conselho de classe: a experiência do campus São Sebastião. **Revista Eixo**, Brasília, v.4, n.1, 2015.

PAPI S. O. G. Conselho de Classe: que colegiado é esse? **Revista Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v.26, n.62, 2015.

SILVA L. M.; BARROS B. L.; LATORRE A. S. L. O Conselho de Classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, Campus Petrolina. **Revista Holos**, Rio Grande do Norte, v.2, 2014.

SUPERINTEMDÊCIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR. **Fundamentação legal para a elaboração do regimento escolar da educação básica**. Curitiba: SEED – PR, 2017.

TORRES S. R. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: SP, 2006. p 5º edição, 2006. p.45-51.